

**Resenha****A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**

(BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz)

Graciele BARROSO<sup>1</sup>

A digitalização deve modificar a forma de produção, distribuição e consumo da televisão. Até que todos os recursos possibilitados pela digitalização estejam disponíveis e utilizados pela população, uma complexa relação de interesses políticos e econômicos interfere diretamente nas decisões sobre a nova plataforma tecnológica. No livro “A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturais”, César Bolaño e Valério Brittos apresentam o processo de negociação para a escolha de um padrão para a televisão digital no país, processo esse que transcorreu sem um debate que contemplasse a sociedade civil e seus representantes, marcado por interesses mercadológicos. Diante da TV digital, os autores discorrem sobre a necessidade de democratização da comunicação passando pela revisão da regulamentação do sistema brasileiro de comunicação.

O livro é dividido em duas partes, sendo a parte I: “A lógica digital na indústria televisiva”, com cinco capítulos; e a parte II: “Mercado brasileiro de televisão (e rádio) e as tendências de transição ao digital”, comportando três capítulos.

No primeiro capítulo, “Economia política e indústrias culturais”, os autores situam os meios de comunicação como importantes no contexto capitalista por serem detentores de grandes investimentos. Ressaltam ainda que o enfoque teórico do livro é o da economia política da comunicação, campo de estudo em que eles são referência no país. O capital, no contexto apresentado, exerce duas funções: regulação do mercado e apropriação do trabalho cultural, utilizado para “[...] produzir a mercadoria “audiência” sobre a qual atuará a publicidade e a propaganda, a serviço de interesses do capital e do Estado [...]”, (p. 54), destacando que essa relação é contraditória e complexa. Diante

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – (PPGC/UFPB)

desse quadro, é preciso atentar para o risco de a TV digital tornar-se mais concentrada que a analógica.

Em “Capitalismo, cultura e paradigma digital”, Bolaño e Brittos destacam o protagonismo assumido pelas tecnologias da informação e da comunicação na reestruturação econômica, onde os processos de trabalho são profundamente alterados. A digitalização vai repercutir em todos os níveis do sistema: produção, definição de gêneros, canais de distribuição, modos de consumo e mercados, concorrência e mudanças na legislação. Outro fenômeno interessante, advento da convergência, será o deslocamento do poder econômico das distribuidoras para as detentoras dos direitos autorais. Para os otimistas, a convergência representará a capacidade de escolha do usuário e diversidade; já os pessimistas acreditam no “[...] controle monopolista da informação, isolamento, fragmentação social e decadência da esfera pública [...]” (p. 76-77)

Em “Tecnologia e esfera pública”, os autores falam da nova esfera pública e suas implicações, como sendo ainda o espaço dominado por interesses privados. Enfocando a TV digital, apelam para a intervenção do Estado no sentido de usar a técnica como instrumento de espaço público, referenciando a oportunidade para a democratização dos meios de comunicação e inclusão digital. Os meios precisam inverter a atual lógica (determinada tecnologicamente), para cumprirem o papel de espaço público inclusivo (construído socialmente).

Em “Padrões e movimentos estruturantes”, são apresentados os padrões desenvolvidos pelos Estados Unidos, Japão e países da Europa, os movimentos de implantação e desenvolvimento da TVD, e as vantagens e limitações de cada padrão. Existem três grandes padrões internacionais que podem ser usados para alta definição, multicanalização ou transmissão de dados. Os autores constataram que a mudança de padrão tem encontrado resistências tecnológicas e falta de adesão do usuário por conta do preço e desconhecimento de vantagens do novo sistema. Outra informação importante é que a TV por assinatura atrasa o processo de adesão do público à TV digital, já que aquela oferece recursos que seriam próprios da TVD.

No último capítulo “Regulação”, os autores destacam que no Brasil a regulação da comunicação e do audiovisual é um complexo jogo de atores sociais articulados entre conservadores, progressistas e liberais. De acordo com interesses pontuais, essas correntes unem-se. É abordada a instalação do Conselho de Comunicação Social (CCS)

e Lei Geral de Telecomunicações, um “paradoxo da radiodifusão” que reestrutura as telecomunicações “[...] deixando intacto o sistema de rádio e televisão hertziana [...]” (p.130). Esse capítulo também trata da crise financeira da mídia brasileira, da aprovação da entrada de capital estrangeiro e de como as emissoras uniram-se em torno da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) pelo interesse de receber recursos do governo para investir na digitalização, serem isentas de impostos e combaterem projetos de lei que restringissem a publicidade. Os autores criticam a dinâmica de pré-digitalização que ocorreu sem participação da sociedade, sendo entregue a entidades privadas, sofrendo intervenção política e barganhas econômicas na definição do padrão digital (ISDB, do Japão) adotado no país.

A parte II do livro é inaugurada pelo capítulo dedicado a “TV por assinatura”. São apresentados os sistemas de TV por assinatura, suas vantagens e desvantagens. A TV por assinatura já produzia e distribuía (parcialmente) na tecnologia digital antes da decisão do padrão digital adotado no país. Os autores destacam que o setor de TV paga vive uma situação de estagnação desde 2000 (o livro foi publicado em 2007), o principal problema é a renda média do brasileiro, incompatível com o custeio das mensalidades; além disso, a oferta de material nacional diversificado é baixa, o que acarreta no desinteresse do público.

O capítulo sete trata da “TV aberta”, destacando que a TV digital implicará alterações no quadro atual da TV de massa, processo já inaugurado pela TV segmentada. As dificuldades das emissoras abertas tendem a crescer com a migração dos públicos para as segmentadas e a internet, e as redes precisam investir para não perder audiência e anunciantes. Os autores destacam a fase da multiplicidade da oferta como um “[...] período de desconcentração do mercado das audiências na TV aberta, o que nada tem a ver com efetiva diversidade.” (p. 227). A TV digital pode agravar a crise de audiência das emissoras, mas não deve interferir na concentração e centralização do sistema de comunicação. Pensando na convergência midiática, as emissoras passam a trabalhar produtos midiáticos e não somente programas de TV, visando a produção não somente para a televisão, mas também para internet, telefonia celular e outras mídias. Os autores reforçam que a digitalização pode ser usada somente para reforçar o poder dos agentes de mercado, sendo ausente de regras que pensem no conjunto social ou contemplem a democratização dos meios.

O último capítulo trata do “Rádio”, destacando que a mídia passa por um processo particular. A crítica é que as atenções no processo de digitalização são voltadas para a TV, desconsiderando as questões relativas ao rádio. O rádio digital não está regulamentado e nem é discutido como a TVD. O sucesso do rádio digital vai depender: do preço dos receptores e gratuidade dos serviços, sendo a migração para o digital das companhias radiofônicas dependente da resposta do público. Tratando da comunicação pública, os autores destacam que as rádios comunitárias precisam de autorização pra funcionar e esbarram em dificuldades técnicas, financeiras e recursos humanos. A internet ajuda a vencer algumas barreiras, já que é possível manter a rádio na rede, no entanto não se igualam às comerciais tradicionais. “A transição de *broadcasting* para *webcasting* não altera a idéia do rádio como negócio, sendo os projetos em sentido diverso periféricos, principalmente quanto à força mobilizadora de ouvintes.” (p.276).

Nas “Considerações finais”, os autores reiteram que o Estado fortalece o mercado com privatização e liberalização, enquanto os grandes veículos unem-se na defesa de seus interesses e são contrários a qualquer tipo de controle. Diante da televisão digital, a observação é de que o mercado brasileiro de televisão não será substituído, os problemas devem persistir, porém o público terá mais opções de programação e interatividade. A digitalização abre possibilidades de democratização, novos atores sociais podem ter acesso, mas emperram na exclusão pelos custos e limitações de ordem tecnológica e de conhecimento e defendem: “Um sistema público estatal forte e competitivo é peça fundamental, indispensável para uma política de democratização da comunicação no país.” (p.294).

Em um momento de incertezas quanto à televisão digital, Bolaño e Brittos são assertivos quando discorrem sobre os processos tecnológicos, políticos e econômicos que permearam as discussões pré-digitalização. A proposta dos autores é válida quando questiona a ausência do debate público acerca da digitalização, priorizando as empresas privadas, amparadas pelo Estado. As possibilidades da televisão digital estão postas, como bem mencionaram os autores, importa saber se elas contribuirão para a democratização da comunicação e na construção de uma esfera pública mais inclusiva, plural, diversa e cidadã.